

SAMUEL P. HUNTINGTON

O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES
E A RECOMPOSIÇÃO
DA ORDEM MUNDIAL

*Tradução de
M. H. C. Côrtes*

SBD-FFLCH-USP



245806



SUMÁRIO

Prefácio	11
--------------------	----

I

UM MUNDO DE CIVILIZAÇÕES

1. A Nova Era da Política Mundial	17
Bandeiras e Identidade Cultural	17
Um Mundo Multipolar e Multicivilizacional	19
Outros Mundos?	29
A Comparação de Mundos: Realismo, Parcimônia e Previsões	38
2. As Civilizações na História e na Atualidade	44
A Natureza das Civilizações	44
As Relações entre as Civilizações	55
3. Uma Civilização Universal? Modernização e Ocidentalização	65
Civilização Universal: Significados	65
Civilização Universal: Fontes	78
O Ocidente e a Modernização	81
Reações ao Ocidente e à Modernização	86

II

A ALTERAÇÃO DO EQUILÍBRIO ENTRE AS CIVILIZAÇÕES

4. O Desvanecimento do Ocidente: Poder, Cultura e Indigenização	97
* O Poder Ocidental: Predomínio e Declínio ^{OK}	97
Indigenização: o Ressurgimento das Culturas Não-ocidentais	110
<i>La Revanche de Dieu</i>	115
5. Economia, Demografia e as Civilizações Desafiadoras	125
A Afirmação Asiática	126
O Ressurgimento Islâmico	134
Desafios em Mutação	149

III

A ORDEM EMERGENTE DAS CIVILIZAÇÕES

6. A Reconfiguração Cultural da Política Mundial	153
Em Busca de Agrupamentos: a Política da Identificação	153
A Cultura e a Cooperação Econômica	160
A Estrutura das Civilizações	166
Países Divididos: o Fracasso da Mudança de Civilização	172
7. Estados-núcleos, Círculos Concêntricos e Ordem Civilizacional	193
Civilizações e Ordem	193
Demarcando o Ocidente	195
A Rússia e o seu Exterior Próximo	204
A Grande China e sua Esfera de Co-prosperidade	210
O Islã: Percepção sem Coesão	218

IV

OS CHOQUES DAS CIVILIZAÇÕES

8. O Ocidente e o Resto: Questões Intercivilizacionais	227
Universalismo Ocidental	227
Proliferação de Armas	231
Direitos Humanos e Democracia	240
Imigração	247
9. A Política Mundial das Civilizações	259
Estado-núcleo e Conflitos de Linha de Fratura	259
O Islã e o Ocidente	262
Ásia, China e Estados Unidos	273
Civilizações e Estados-núcleos: Alinhamentos que Surgem	302
10. Das Guerras de Transição às Guerras de Linha de Fratura	312
Guerras de Transição: Afeganistão e o Golfo	312
Características das Guerras de Linha de Fratura	320
Incidência: as Fronteiras Ensanguentadas do Islã	324
Causas: História, Demografia, Política	329
11. A Dinâmica das Guerras de Linha de Fratura	338
Identidade: o Aumento da Consciência Civilizacional	338
Civilizações que se Congregam: Países Afins e Diásporas	346
Como se Param as Guerras de Linha de Fratura	371

V

O FUTURO DAS CIVILIZAÇÕES

12. O Ocidente, as Civilizações e a Civilização	383
A Renovação do Ocidente?	383
O Ocidente e o Mundo	392
Guerra e Ordem Civilizacional	398
Civilização: os Aspectos em Comum	405

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

2.1	Uso dos Termos: "Mundo Livre" e "o Ocidente", p. 63
3.1	Pessoas que Falam os Idiomas Principais, p. 71
3.2	Pessoas que Falam os Principais Idiomas Chineses e Ocidentais, p. 71
3.3	Proporção da População Mundial que Segue as Principais Tradições Religiosas, p. 76
4.1	Territórios sob o Controle Político das Civilizações / 1990-1993, p. 101
4.2	População dos Países Pertencentes às Principais Civilizações do Mundo / 1993, p. 102
4.3	Parcelas da População Mundial sob o Controle Político das Civilizações / 1900-2025, p. 103
4.4	Parcelas do Total da Produção Manufatureira Mundial por Civilização ou País / 1750-1980, p. 104
4.5	Parcelas por Civilização do Produto Econômico Bruto Mundial / 1950-1992, p. 105
4.6	Parcelas por Civilização do Total dos Efetivos Militares Mundiais, p. 106
5.1	Bolsão de Jovens nos Países Islâmicos, p. 147
8.1	Transferências de Armas pela China / 1980-1991 (dados selecionados), p. 236
8.2	População dos Estados Unidos por Raça e Etnia, p. 257
10.1	Conflitos Etnopolíticos / 1993-1994, p. 327
10.2	Conflitos Étnicos / 1993, p. 327
10.3	Militarismo em Países Muçulmanos e Cristãos, p. 328
10.4	Possíveis Causas da Propensão Muçulmana para o Conflito, p. 335

FIGURAS

- 2.1 Civilizações do Hemisfério Oriental, p. 57
- 3.1 Reações Alternativas ao Impacto do Ocidente, p. 90
- 3.2 Modernização e Ressurgimento Cultural, p. 91
- 5.1 O Desafio Econômico: a Ásia e o Ocidente, p. 127
- 5.2 O Desafio Demográfico: o Islã, a Rússia e o Ocidente, p. 146
- 5.3 Bolsões de Jovens Muçulmanos por Região, p. 148
- 9.1 A Política Mundial das Civilizações: Alinhamentos Emergentes, p. 310
- 10.1 Sri Lanka: Bolsões de Jovens Cingaleses e Tâmile, p. 330
- 11.1 A Estrutura de uma Complexa Guerra de Linha de Fratura, p. 348

MAPAS

- 1.1 O Ocidente e o Resto: 1920, pp. 22-23
- 1.2 O Mundo da Guerra Fria: Anos 60, pp. 24-25
- 1.3 O Mundo das Civilizações: Pós-1990, pp. 26-27
- 7.1 A Fronteira Oriental da Civilização Ocidental, p. 198
- 7.2 Ucrânia: um País Rachado, p. 208
- 8.1 Os Estados Unidos em 2020: um País Rachado?, p. 258

PREFÁCIO

No verão de 1993, a revista *Foreign Affairs* publicou um artigo meu intitulado "O Choque de Civilizações?". Segundo os editores da *Foreign Affairs*, nos últimos três anos esse artigo provocou mais debates do que qualquer outro por eles publicado desde a década de 40. Não há dúvida de que ele foi por três anos um motivo de discussão mais forte do que qualquer outro artigo que já escrevi. As reações e os comentários sobre ele vieram de todos os continentes e de dezenas de países. As pessoas ficaram impressionadas, intrigadas, indignadas, amedrontadas ou perplexas por meu argumento de que a dimensão central e mais perigosa da política mundial que estava emergindo seria o conflito entre grupos de civilizações diferentes. À parte qualquer outro efeito, o artigo abalou os nervos de pessoas de todas as civilizações.

Dados o interesse pelo artigo, sua deturpação e a controvérsia em torno dele, pareceu-me desejável explorar mais além as questões por ele suscitadas. Um modo construtivo de colocar uma questão é apresentá-la como uma hipótese. O artigo, que continha um ponto de interrogação que foi de forma geral ignorado, representava uma tentativa nesse sentido. Este livro é uma tentativa de proporcionar uma resposta mais ampla, mais profunda e mais minuciosamente documentada à questão proposta no artigo. Procuo aqui elaborar, refinar, suplementar e, ocasionalmente, qualificar os temas expostos no artigo, bem como desenvolver muitas idéias e cobrir muitos tópicos que, no artigo, não foram tratados ou foram apenas citados. Dentre eles estão os seguintes: o conceito de civilizações; a questão de uma civilização universal; o relacionamento entre poder e cultura; o deslocamento do equilíbrio de poder entre civilizações; a indigenização cultural nas sociedades não-ocidentais; a estrutura política das civilizações; os conflitos gerados pelo universalismo ocidental, a militância muçulmana e a disposição de afirmação chinesa; as reações de compensação e de adesão ao crescimento do poder chinês; as causas e a dinâmica das guerras de linhas de fratura e os futuros do Ocidente e de um mundo de civilizações. Um tema importante que não constava do artigo refere-se ao impacto crucial do crescimento populacional sobre a instabilidade e o equilíbrio de

poder. Um segundo tema muito importante também ausente do artigo está sintetizado no título do livro e na frase final: "(...) os choques das civilizações são a maior ameaça à paz mundial, e uma ordem internacional baseada nas civilizações é a melhor salvaguarda contra a guerra mundial."

Este livro não é, nem pretende ser, uma obra de ciência social. Ao contrário, ele visa ser uma interpretação da evolução da política mundial depois da Guerra Fria. Ele almeja apresentar uma moldura, um paradigma, para o exame da política mundial que tenha significado para os estudiosos e seja de utilidade para os formuladores de políticas. O teste de seu significado e de sua utilidade não está em se ele explica tudo que está acontecendo na política mundial. Evidentemente ele não faz isso. O teste está em se ele fornece uma lente significativa e útil através da qual se possa examinar os acontecimentos internacionais melhor do que através de qualquer outra lente paradigmática. Além disso, nenhum paradigma tem validade eterna. Conquanto um enfoque civilizacional possa ajudar a compreender a política mundial no final do século XX e no começo do século XXI, isso não significa que ele teria ajudado da mesma maneira em meados do século XX ou que será de ajuda em meados do século XXI.

As idéias que se transformaram no artigo e depois neste livro foram expressas pela primeira vez numa conferência na série das Palestras Bradley, no *American Enterprise Institute*, em Washington, em outubro de 1992. Posteriormente, foram expostas numa monografia avulsa preparada para o projeto do Instituto Olin sobre "O Ambiente de Segurança em Mutações e os Interesses Nacionais Norte-americanos", tornada possível pela Fundação Smith Richardson. Após a publicação do artigo, envolvi-me em inúmeros seminários e encontros centrados no "choque" com acadêmicos, autoridades governamentais, homens de negócios e outros grupos, através dos Estados Unidos. Além disso, tive a satisfação de poder participar de debates sobre o artigo e a tese nele apresentada em muitos outros países, incluindo a África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Bélgica, China, Coreia, Espanha, Formosa, França, Grã-Bretanha, Japão, Luxemburgo, Rússia, Singapura, Suécia e Suíça. Esses debates me colocaram em contato com todas as principais civilizações, com exceção do Hinduísmo, e me beneficieei imensamente das percepções e perspectivas dos que participaram dos mesmos. Em 1994 e 1995, ministrei um seminário em Harvard sobre a natureza do pós-Guerra Fria e os comentários sempre vigorosos e às vezes bastante críticos que os alunos fizeram sobre

minhas idéias constituíram um estímulo adicional. Meu trabalho neste livro também se beneficiou muito do ambiente de apoio e coleguismo no Instituto John M. Olin para Estudos Estratégicos e no Centro para Relações Internacionais, ambos em Harvard.

O original foi lido na sua íntegra por Michael C. Desch, Robert O. Keohane, Fareed Zakaria e R. Scott Zimmerman, cujos comentários levaram a melhoramentos significativos tanto na sua substância como na sua organização. Durante todo o tempo de elaboração deste livro, Scott Zimmerman proporcionou-me também uma assistência indispensável em termos de pesquisa e, sem seu auxílio dedicado, entusiástico e calçado em amplas informações, este livro jamais poderia ter sido concluído com a mesma rapidez. Nossos assistentes universitários, Peter Jun e Christiana Briggs, também contribuíram de forma construtiva. Grace de Magistris datilografou as partes iniciais do manuscrito e Carol Edwards, com grande empenho e magnífica eficiência, refez o original tantas vezes que ela deve saber quase de cor grandes trechos do mesmo. Denise Shannon e Lynn Cox, na Georges Borchardt, e Robert Asahina, Robert Bender e Johanna Li, na Simon & Schuster, encaminharam o manuscrito original, de modo alegre e profissional, através do processo de publicação. Fico imensamente grato a todas essas pessoas por sua ajuda em tornar este livro uma realidade. Elas o fizeram muito melhor do que ele seria de outra forma; as deficiências que restaram são responsabilidade minha.

Meu trabalho neste livro foi possibilitado pelo apoio financeiro da Fundação John M. Olin e da Fundação Smith Richardson. Sem a assistência de ambas a conclusão deste livro teria sofrido alguns anos de atraso e fico-lhes muito agradecido pelo generoso endosso que deram aos meus esforços. Enquanto outras fundações têm-se concentrado cada vez mais em questões domésticas, a Olin e a Smith Richardson merecem aplausos por manterem seu interesse em trabalhos sobre a guerra, a paz e a segurança nacional e internacional e por darem seu apoio a eles.

S. P. H.

UM MUNDO
DE CIVILIZAÇÕES

A Nova Era da Política Mundial

BANDEIRAS E IDENTIDADE CULTURAL

Em 3 de janeiro de 1992, realizou-se no auditório de um edifício público em Moscou um encontro de estudiosos russos e norte-americanos. Duas semanas antes a União Soviética tinha deixado de existir e a Federação Russa se tornara um país independente. Como resultado disso, tinha desaparecido a estátua de Lênin que anteriormente ornava o palco do auditório e, em vez dela, exibia-se agora a bandeira da Federação Russa na parede da frente. Um dos norte-americanos notou que o único problema estava em que a bandeira tinha sido pendurada de cabeça para baixo. Depois que isso foi mencionado aos anfitriões russos, eles rápida e discretamente retificaram o erro durante o primeiro intervalo.

Nos anos que se seguiram à Guerra Fria, constatou-se o começo de mudanças espetaculares nas identidades dos povos, nos símbolos dessas identidades e, conseqüentemente, na política mundial. Bandeiras de cabeça para baixo foram um sinal da transição, mas as bandeiras estão sendo hasteadas cada vez mais alto e com autenticidade cada vez maior. Os russos e outros povos estão-se mobilizando e caminham sob esses e outros símbolos de suas novas identidades culturais.

Em 18 de abril de 1994, duas mil pessoas se concentraram em Sarajevo, agitando as bandeiras da Arábia Saudita e da Turquia. Ao

desfraldarem essas bandeiras, em vez das da ONU, da OTAN ou dos Estados Unidos, esses habitantes de Sarajevo se identificavam com seus companheiros muçulmanos e indicavam ao mundo quem eram seus verdadeiros amigos, bem como os não muito verdadeiros.

Em 16 de outubro de 1994, em Los Angeles, 70 mil pessoas desfilaram debaixo de “um mar de bandeiras mexicanas”, em protesto contra a Proposta 187, uma disposição submetida a plebiscito que negaria muitos benefícios estaduais aos imigrantes ilegais e a seus filhos. Os observadores se perguntaram por que estavam “indo pela rua com a bandeira mexicana e exigindo que este país lhes dê ensino gratuito? Deviam estar agitando a bandeira norte-americana”. Duas semanas depois, mais manifestantes de fato desfilaram pela rua levando uma bandeira norte-americana — de cabeça para baixo. A exibição dessas bandeiras assegurou a vitória da Proposta 187, que foi aprovada por 59 por cento dos eleitores da Califórnia.

No mundo pós-Guerra Fria, as bandeiras são importantes e o mesmo ocorre com outros símbolos de identidade cultural, incluindo cruzeiros, luas crescentes e até mesmo coberturas de cabeça, porque a cultura conta e a identidade cultural é o que há de mais significativo para a maioria das pessoas. As pessoas estão descobrindo identidades novas, e no entanto antigas, e desfilando sob bandeiras novas, mas freqüentemente antigas, que conduzem a guerras contra inimigos novos, mas freqüentemente antigos.

Uma *Weltanschauung* sinistra dessa nova era foi muito bem expressada pelo demagogo nacionalista veneziano no romance de Michael Dibdin, *Dead Lagoon*: “Não é possível haver amigos verdadeiros sem inimigos verdadeiros. A menos que odiemos o que não somos, não podemos amar o que somos. Essas são as verdades antigas que estamos penosamente redescobrimos depois de mais de um século de cantilenas sentimentais. Aqueles que as negam, negam sua família, sua herança, sua cultura, seu direito inato, seus próprios seres! Eles não serão perdoados.” A lamentável verdade contida nessas verdades antigas não pode ser ignorada por estadistas e estudiosos. Os inimigos são essenciais para os povos que estão buscando sua identidade e reinventando sua etnia e as inimizades que têm um potencial mais perigoso estão situadas cruzando as linhas de fratura entre as principais civilizações.

O tema central deste livro é o de que a cultura e as identidades culturais — que, em nível mais amplo, são as identidades das civilizações — estão moldando os padrões de coesão, desintegração e conflito no

mundo pós-Guerra Fria. Nas cinco partes deste livro elaboram-se os corolários dessa proposição principal.

Parte I: Pela primeira vez na História, a política mundial é, ao mesmo tempo, multipolar e multicivilizacional. A modernização econômica e social não está produzindo nem uma civilização universal de qualquer modo significativo, nem a ocidentalização das sociedades não-ocidentais.

Parte II: O equilíbrio de poder entre as civilizações está-se deslocando: a influência relativa do Ocidente está em declínio, com as civilizações asiáticas expandindo seu poderio econômico, militar e político; com o Islã explodindo demograficamente, o que gera conseqüências desestabilizadoras para os países islâmicos e seus vizinhos; e com as civilizações não-ocidentais, de forma geral, reafirmando o valor de suas próprias culturas.

Parte III: Uma ordem mundial baseada na civilização está emergindo — as sociedades que compartilham afinidades culturais cooperam umas com as outras, os esforços para transferir sociedades de uma civilização para outra não têm êxito e os países se agrupam em torno de Estados líderes ou núcleos de suas civilizações.

Parte IV: As pretensões universalistas do Ocidente o levam cada vez mais para o conflito com outras civilizações, de forma mais grave com o Islã e a China. Enquanto isso, em nível local, guerras de linha de fratura, precipuamente entre muçulmanos e não-muçulmanos, geram “o agrupamento de países afins”, a ameaça de uma escalada mais ampla e, por conseguinte, os esforços dos Estados-núcleos para deter essas guerras.

Parte V: A sobrevivência do Ocidente depende de os norte-americanos reafirmarem sua identidade ocidental e de os ocidentais aceitarem que sua civilização é singular e não universal, e se unirem para renová-la e preservá-la diante de desafios por parte das sociedades não-ocidentais. Evitar uma guerra global das civilizações depende de os líderes mundiais aceitarem a natureza multicivilizacional da política mundial e cooperarem para mantê-la.

UM MUNDO MULTIPOLAR E MULTICIVILIZACIONAL

No mundo pós-Guerra Fria, pela primeira vez na História, a política mundial se tornou multipolar e multicivilizacional. Durante a maior parte da existência da humanidade, os contatos entre as civilizações foram intermitentes ou inexistentes. Depois, com o começo da Idade Moderna, por volta de 1500 d.C., a política mundial assumiu duas dimensões. Durante mais de 400 anos,

os Estados-nações do Ocidente — Grã-Bretanha, França, Espanha, Áustria, Prússia, Alemanha, Estados Unidos e outros — constituíram um sistema internacional multipolar dentro da civilização ocidental e interagiram, competiram e travaram guerras uns com os outros. Ao mesmo tempo, as nações ocidentais também se expandiram, conquistaram, colonizaram outras civilizações ou nelas influíram de forma decisiva (Mapa 1.1). Durante a Guerra Fria, a política mundial tornou-se bipolar e o mundo foi dividido em três partes. Um grupo de sociedades em sua maioria ricas e democráticas, lideradas pelos Estados Unidos, engajou-se numa competição ideológica, política, econômica e, às vezes, militar, com um grupo de sociedades comunistas um tanto mais pobres associadas com a União Soviética e por ela lideradas. Grande parte desse conflito ocorreu no Terceiro Mundo, fora daqueles dois campos, composto por países que, na maioria dos casos, eram pobres, careciam de estabilidade política, tinham recentemente se tornado independentes e se diziam não-alinhados (Mapa 1.2).

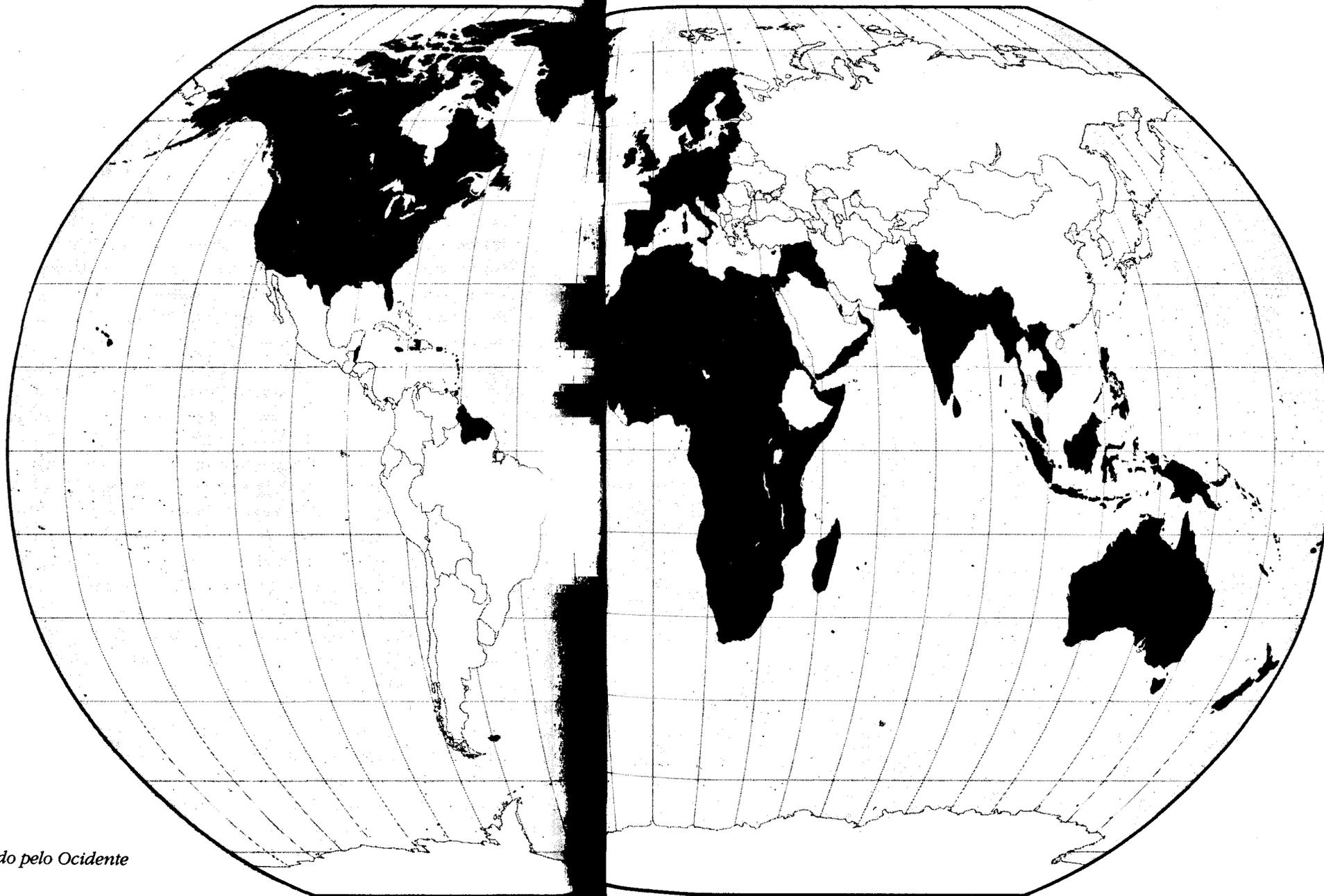
No final da década de 80, o mundo comunista desmoronou e o sistema internacional da Guerra Fria virou história passada. No mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais. Os povos e as nações estão tentando responder à pergunta mais elementar que os seres humanos podem encarar: quem somos nós? E estão respondendo a essa pergunta da maneira pela qual tradicionalmente a responderam — fazendo referência às coisas que mais lhes importam. As pessoas se definem em termos de antepassados, religião, idioma, história, valores, costumes e instituições. Elas se identificam com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações e, em nível mais amplo, civilizações. As pessoas utilizam a política não só para servir aos seus interesses, mas também para definir suas identidades. Nós só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos e, muitas vezes, quando sabemos contra quem estamos.

Os Estados-nações continuam sendo os principais atores no relacionamento mundial. Seu comportamento é moldado, como no passado, pela busca de poder e riqueza, mas é moldado também por preferências culturais, aspectos comuns e diferenças. Os agrupamentos mais importantes de Estados não são mais os três blocos da Guerra Fria, mas sim as sete ou oito civilizações principais do mundo (Mapa 1.3). As sociedades não-ocidentais, especialmente na Ásia Oriental, estão desenvolvendo sua riqueza econômica e criando as bases para um poder militar e uma

influência política maiores. À medida que aumenta seu poder e autoconfiança, as sociedades não-ocidentais cada vez mais afirmam seus próprios valores culturais e repudiam aqueles que lhes foram impostos pelo Ocidente. Henry Kissinger observou que “o sistema internacional do século XXI (...) conterà pelo menos seis potências principais — os Estados Unidos, a Europa, a China, o Japão, a Rússia e, provavelmente, a Índia — bem como uma multiplicidade de países de tamanho médio e menor”.¹ Os seis países principais a que se refere Kissinger pertencem a cinco civilizações diferentes e, além disso, existem importantes Estados islâmicos cujas localização estratégica, grande população e/ou reservas de petróleo lhes conferem influência nos assuntos mundiais. Nesse mundo novo, a política local é a política da etnia e a política mundial é a política das civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações.

A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre outros grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações. Entretanto, a violência entre Estados e grupos de civilizações diferentes carrega consigo o potencial para uma escalada na medida em que outros Estados e grupos dessas civilizações acorrem em apoio a seus “países afins”.² O sangrento choque de clãs na Somália não apresenta nenhuma ameaça de um conflito mais amplo. O sangrento choque de tribos em Ruanda tem conseqüências para Uganda, Zaire e Burundi, mas não muito além desses países. Os sangrentos choques de civilizações na Bósnia, no Cáucaso, na Ásia Central e na Caxemira poderiam se transformar em guerras maiores. Nos conflitos iugoslavos, a Rússia proporcionou apoio diplomático aos sérvios, enquanto a Arábia Saudita, a Turquia, o Irã e a Líbia forneceram fundos e armas para os bósnios, não por motivos de ideologia, de política de poder ou de interesse econômico, mas devido à afinidade cultural. Václav Havel assinalou que “os conflitos culturais estão aumentando e são mais perigosos hoje em dia do que em qualquer momento da História”, e Jacques Delors concordou que “os futuros conflitos serão deflagrados mais por fatores culturais do que pela economia ou pela ideologia”.³ E os conflitos culturais mais perigosos são aqueles que ocorrem ao longo das linhas de fratura entre as civilizações.

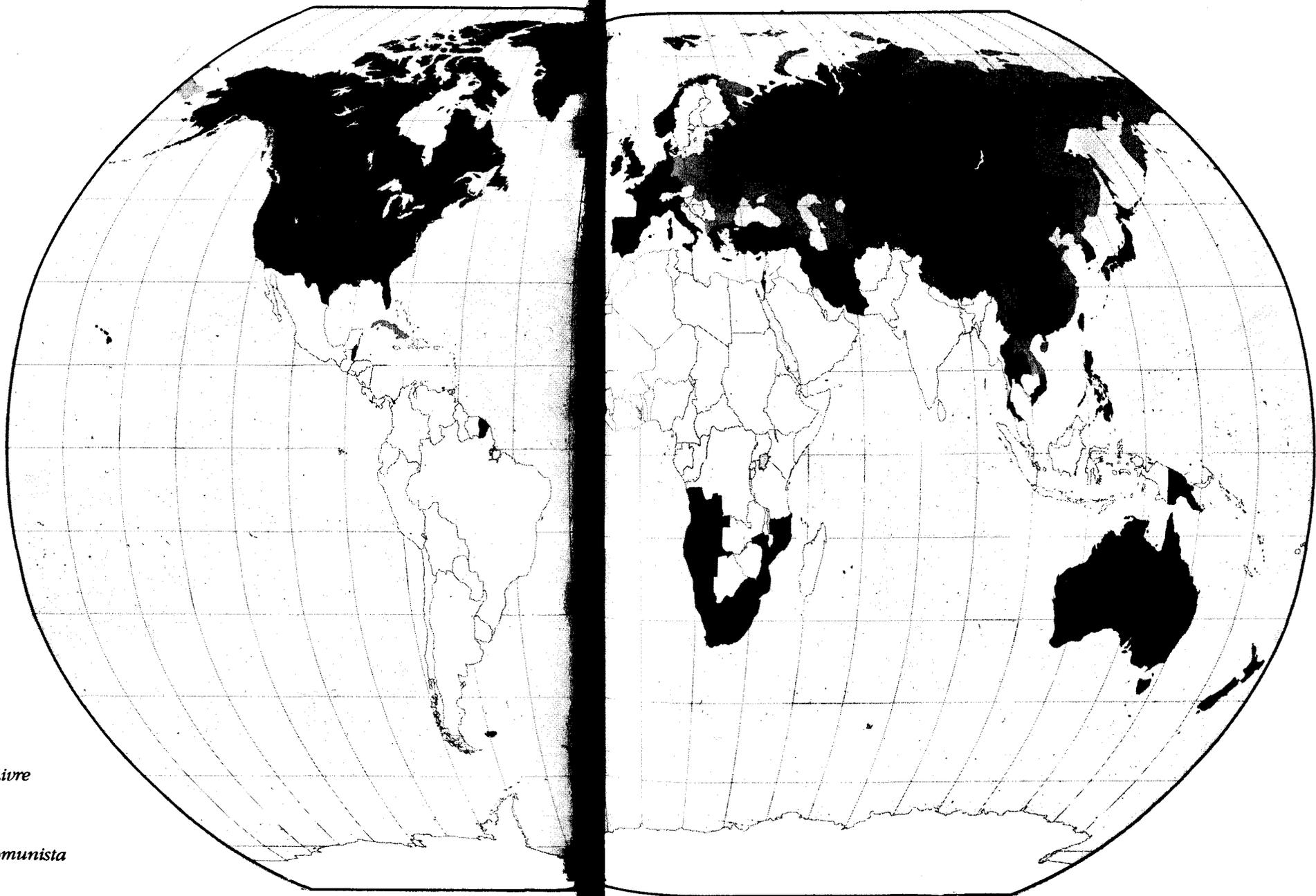
O Ocidente e o Resto: 1920



■ *Dominado pelo Ocidente*

□ *Efetivamente e nominalmente independente do Ocidente*

O Mundo da Guerra Fria: 1960



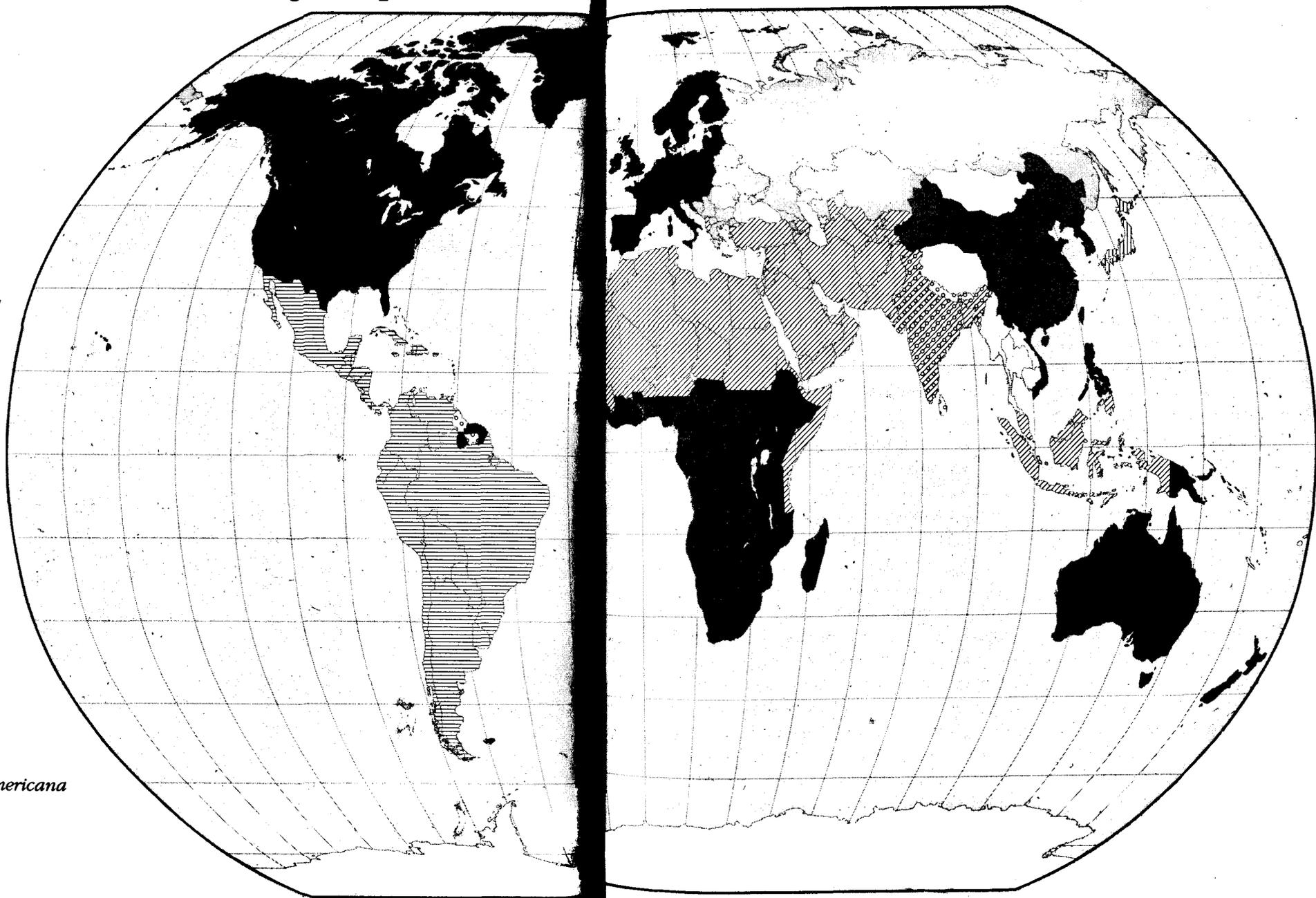
 *Mundo Livre*

 *Bloco Comunista*

 *Países não-alinhados*

O Mundo das Civilizações pós-1990

-  *Ocidental*
-  *Africana*
-  *Islâmica*
-  *Sínica*
-  *Hindu*
-  *Ortodoxa*
-  *Latino-Americana*
-  *Budista*
-  *Japonesa*



No mundo pós-Guerra Fria, a cultura é, ao mesmo tempo, uma força unificadora e divisiva. Os povos separados pela ideologia mas unidos pela cultura se juntam, como fizeram as duas Alemanhas, e como as duas Coreias e as diversas Chinas estão começando a fazer. As sociedades unidas pela ideologia ou por circunstâncias históricas, porém divididas pela civilização, ou se partem, como aconteceu na União Soviética, na Iugoslávia e na Bósnia, ou ficam sujeitas a fortes tensões, como é o caso da Ucrânia, Nigéria, Sudão, Índia, Sri Lanka e muitos outros. Os países que têm afinidades culturais cooperam em termos econômicos e políticos. As organizações internacionais baseadas em Estados com aspectos culturais em comum, tais como os da União Européia, têm muito mais êxito do que aquelas que tentam transcender as culturas. Durante 45 anos, a Cortina de Ferro foi a linha divisória central na Europa. Essa linha se moveu várias centenas de quilômetros para o Leste. Ela é agora uma linha que separa os povos da Cristandade ocidental, de um lado, dos povos muçulmanos e ortodoxos, do outro. Embora culturalmente partes do Ocidente, a Áustria, a Suécia e a Finlândia tiveram que se manter neutras e ficar separadas do Ocidente na Guerra Fria. Na nova era, elas estão-se juntando a seus afins culturais na União Européia, e a Polônia, a Hungria e a República Checa as estão seguindo.

Os pressupostos filosóficos, os valores subjacentes, as relações sociais, os costumes e as formas de ver a vida de forma geral se diferenciam de modo significativo entre as civilizações. A revitalização da religião em grande parte do mundo está reforçando essas diferenças culturais. As culturas podem se modificar e a natureza de seu impacto sobre a política e a economia pode variar de um período para outro. Contudo, as principais diferenças em desenvolvimento político e econômico entre as civilizações estão nitidamente enraizadas em suas culturas diferentes. O êxito econômico da Ásia Oriental tem sua origem na cultura asiática oriental, da mesma maneira que as sociedades asiáticas orientais têm tido dificuldades em estabelecer sistemas políticos democráticos estáveis. A cultura islâmica explica em grande parte por que a democracia deixou de emergir na maior parte do mundo muçulmano. A evolução dos acontecimentos nas sociedades pós-comunistas da Europa Oriental e na ex-União Soviética é moldada por suas identidades civilizacionais. Aquelas que têm uma herança cristã ocidental estão fazendo progresso na direção do desenvolvimento econômico e da política democrática. Nos países ortodoxos as perspectivas de desenvolvimento econômico e político são incertas. Nas repúblicas muçulmanas, as perspectivas são sombrias.

O Ocidente é e continuará a ser por muitos anos a civilização mais poderosa. Contudo, seu poder em relação ao de outras civilizações está declinando. À medida que o Ocidente tenta impor seus valores e proteger seus interesses, as sociedades não-ocidentais se defrontam com uma escolha. Algumas tentam emular o Ocidente e a ele se juntar ou “atrelar-se” a ele. Outras sociedades confucianas e islâmicas tentam expandir seu próprio poder econômico e militar para resistir e para “contrabalançar” o Ocidente. Desse modo, um eixo central da política mundial pós-Guerra Fria é a interação do poder e da cultura ocidentais com o poder e a cultura de civilizações não-ocidentais.

Em suma, o mundo pós-Guerra Fria é um mundo de sete ou oito civilizações principais. Os aspectos comuns e as diferenças moldam os interesses, os antagonismos e as associações dos Estados. Os países mais importantes do mundo provêm, em sua maioria, de civilizações diferentes. Os conflitos locais que têm maior probabilidade de se transformarem em guerras mais amplas são os que existem entre grupos e Estados de civilizações diferentes. Os padrões predominantes de desenvolvimento político e econômico diferem de uma civilização para outra. As questões-chave do cenário internacional envolvem diferenças entre civilizações. O poder está-se deslocando da civilização ocidental que há tanto tempo predomina para civilizações não-ocidentais. A política mundial tornou-se multipolar e multicivilizacional.

OUTROS MUNDOS?

Mapas e paradigmas. Esse quadro da política mundial do mundo pós-Guerra Fria, moldado por fatores culturais e envolvendo as interações entre Estados e grupos de civilizações diferentes, está altamente simplificado. Ele omite muitas coisas, deturpa algumas e torna outras obscuras. No entanto, se formos pensar seriamente sobre o mundo e nele atuarmos de forma eficaz, faz-se necessário algum tipo de mapa simplificado da realidade, alguma teoria, conceito, modelo ou paradigma. Sem tal construção intelectual, existe apenas, como diz William James, “uma monumental e sonora confusão”. Thomas Kühn mostrou no seu clássico *The Structure of Scientific Revolutions* que o avanço intelectual e científico consiste no deslocamento de um paradigma, que se tornou cada vez mais incapaz de explicar fatos novos ou recém-descobertos, por um novo paradigma, que de fato trata desses fatos de um modo mais satisfatório. “Para ser aceita como um paradigma”, escreveu Kühn, “uma teoria precisa parecer melhor do que suas competidoras, mas não precisa — e, na

verdade, nunca o faz — explicar todos os fatos com os quais ela se defronta.”⁴ John Lewis Gaddis também observou inteligentemente que “encontrar o seu próprio caminho num terreno pouco conhecido geralmente requer algum tipo de mapa. A cartografia, como a própria cognição, é uma simplificação necessária que nos permite ver onde estamos e para onde podemos estar indo”. A imagem, durante a Guerra Fria, da competição entre as superpotências era, como ele assinala, um modelo desse tipo, articulado pela primeira vez por Harry Truman como “um exercício de cartografia geopolítica que representava o panorama internacional em termos que qualquer um podia compreender e, dessa forma, preparava o caminho para a sofisticada estratégia de contenção que logo iria se seguir”. As percepções do mundo e as teorias causais são guias indispensáveis da política internacional.⁵

Durante 40 anos, os estudiosos e os profissionais das relações internacionais pensaram e atuaram nos termos desse quadro altamente simplificado, mas muito útil, dos assuntos mundiais — o paradigma da Guerra Fria. Esse paradigma não podia explicar tudo que se passava na política mundial. Havia muitas anomalias — para usar o termo de Kühn — e, às vezes, o paradigma impedia que estudiosos e estadistas enxergassem os desdobramentos principais, como por exemplo a ruptura sino-soviética. Entretanto, como um modelo simples de política global, ele explicava uma quantidade maior de fenômenos do que seus rivais, chegou a ser aceito quase universalmente e moldou o pensamento sobre política mundial durante duas gerações.

Os paradigmas ou mapas simplificados são indispensáveis para o pensamento e para a ação do Homem. Por um lado, podemos formular explicitamente tais teorias ou modelos e utilizá-los conscientemente para guiar nosso comportamento. Por outro lado, podemos negar a necessidade de tais guias e pressupor que agiremos apenas em termos de fatos “objetivos” específicos, lidando com cada caso “em função de seus méritos”. Contudo, se aceitarmos isso, estaremos nos enganando, pois, no fundo de nossas mentes, estão ocultas pressuposições, vieses e preconceitos que determinam a forma pela qual nós percebemos a realidade, para que fatos olhamos e como julgamos sua importância e seus méritos. Necessitamos de modelos explícitos ou implícitos a fim de sermos capazes de:

1. ordenar a realidade e sobre ela tecer generalizações;
2. compreender as relações causais entre os fenômenos;

3. antecipar e, se tivermos sorte, prever desdobramentos futuros;
4. distinguir entre o que é importante e o que não é; e
5. ver os caminhos que devemos tomar para atingir nossos objetivos.

Cada modelo ou mapa é uma abstração e será mais útil para determinadas finalidades do que para outras. Um mapa rodoviário nos mostra como ir de carro de A para B, mas não será muito útil se estivermos pilotando um avião, caso em que necessitaremos de um mapa que destaque aeroportos, rádios-faróis, aerovias e a topografia. Entretanto, sem mapa algum estaremos perdidos. Quanto mais detalhado for o mapa, de forma mais completa refletirá a realidade. Porém, para muitos propósitos, um mapa extremamente detalhado não será útil. Se desejamos ir de uma cidade grande a outra numa auto-estrada principal, não é preciso e podemos mesmo achar confuso um mapa que inclua muitas informações não relacionadas com o transporte automotor e no qual as rodovias principais se percam numa massa complexa de estradas secundárias. Por outro lado, um mapa que só contivesse uma auto-estrada eliminaria muito da realidade e limitaria nossa capacidade de encontrar rotas alternativas se a auto-estrada estivesse bloqueada por um acidente grande. Em resumo, precisamos de um mapa que, ao mesmo tempo, reproduza a realidade e a simplifique de tal modo que melhor atenda aos nossos propósitos. No final da Guerra Fria foram apresentados vários mapas ou paradigmas da política mundial.

Um Só Mundo: Euforia e Harmonia. Um paradigma amplamente articulado se baseava na pressuposição de que o fim da Guerra Fria representava o fim de conflitos significativos na política global e o surgimento de um mundo relativamente harmônico. A formulação mais amplamente debatida de tal modelo foi a tese do “fim da História” apresentada por Francis Fukuyama.* “Podemos estar testemunhando”, argumentava Fukuyama, “(...) o fim da História como tal, ou seja, o ponto final da evolução ideológica da Humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano.” Sem dúvida, dizia ele, podem ocorrer alguns conflitos em lugares do Terceiro Mundo, mas o conflito global está terminado e não apenas na

* No Capítulo 3, examina-se uma linha paralela de argumentação, baseada não no fim da Guerra Fria mas nas tendências econômicas e sociais de longo prazo que venham a produzir uma “civilização universal”.

Europa. “Foi precisamente no mundo não-europeu” que ocorreram as grandes mudanças, especialmente na China e na União Soviética. A guerra de idéias chegou ao fim. Ainda podem existir os que acreditam no marxismo-leninismo “em lugares como Manágua, Pyongyang e Cambridge, estado de Massachusetts”, porém, de forma geral, a democracia liberal triunfou. O futuro será dedicado não a grandes lutas estimulantes sobre idéias mas sim à solução de mundanos problemas econômicos e técnicos. E, concluía ele com certa tristeza, vai ser tudo bastante enfadonho.⁶

A expectativa de harmonia era largamente partilhada. Líderes políticos e intelectuais elaboraram opiniões similares. O Muro de Berlim tinha caído, os regimes comunistas tinham desmoronado, as Nações Unidas iriam assumir uma nova importância, os antigos rivais da Guerra Fria se engajariam em “parceria” e numa “grande negociação”, a ordem do dia seria a manutenção da paz e a imposição da paz. O presidente do país líder mundial proclamou a “nova ordem mundial”; o decano da que talvez se possa chamar a universidade mais importante do mundo vetou a nomeação de um professor de estudos de segurança porque sua necessidade havia desaparecido: “Aleluia! Não estudamos mais a guerra porque a guerra não existe mais.”

O momento de euforia no fim da Guerra Fria gerou uma ilusão de harmonia, que logo se viu não passar disso. O mundo ficou diferente no início dos anos 90, mas não necessariamente mais pacífico. As mudanças eram inevitáveis, o progresso não. Ilusões semelhantes ocorreram, por breves períodos, ao final de cada um dos outros grandes conflitos do século XX. A I Guerra Mundial foi “a guerra para acabar com todas as guerras” e para tornar o mundo seguro para a democracia. A II Guerra Mundial, na colocação de Franklin Roosevelt, iria “pôr fim ao sistema de ações unilaterais, às alianças exclusivas, aos equilíbrios de poder e a todos os outros expedientes que tinham sido tentados durante séculos — e tinham fracassado sempre”. Em vez disso, teríamos “uma organização universal” de “Nações amantes da paz” e o começo de uma “estrutura permanente de paz”.⁷ No entanto, a I Guerra Mundial gerou o comunismo, o fascismo e a inversão de uma tendência de mais de um século rumo à democracia. A II Guerra Mundial produziu uma Guerra Fria que foi realmente global. A ilusão de harmonia no fim da Guerra Fria logo foi dissipada pela multiplicação de conflitos étnicos e de “limpeza étnica”, pela ruptura da lei e da ordem, pelo surgimento de novos padrões de alianças e conflitos entre os Estados, pelo ressurgimento de movimentos

neocomunistas e neofascistas, pela intensificação do fundamentalismo religioso, pelo fim da “diplomacia de sorrisos” e da “política do sim” nas relações da Rússia com o Ocidente, pela incapacidade das Nações Unidas e dos Estados Unidos de acabarem com sangrentos conflitos locais e pela crescente disposição de afirmação de uma China emergente. Nos cinco anos seguintes à queda do Muro de Berlim, a palavra “genocídio” foi ouvida muito mais vezes do que em quaisquer cinco anos durante a Guerra Fria. O paradigma de um só mundo harmônico está claramente divorciado demais da realidade para ser um guia útil no mundo pós-Guerra Fria.

Dois Mundos: Nós e Eles. Enquanto as expectativas de um mundo único aparecem ao final de grandes conflitos, a tendência para pensar em termos de dois mundos se repete através da história da Humanidade. As pessoas ficam sempre tentadas a dividir as pessoas em nós e eles, o grupo que está na onda e o outro, nossa civilização e aqueles bárbaros. Os estudiosos analisaram o mundo em termos de Oriente e Ocidente, Norte e Sul, centro e periferia. Os muçulmanos tradicionalmente dividem o mundo em *Dar al-Islam* e *Dar al-Harb*, o reino da paz e o reino da guerra. Essa distinção se refletiu — e, num certo sentido, se inverteu — ao fim da Guerra Fria por estudiosos norte-americanos que dividiram o mundo em “zonas de paz” e “zonas de agitação”. As primeiras abrangiam o Ocidente e o Japão, com cerca de 15 por cento da população mundial, e as últimas compreendiam todos os demais.⁸

Dependendo de como se definam as partes, um quadro de um mundo em duas partes pode, até certo ponto, corresponder à realidade. A divisão mais comum, que aparece sob diversos nomes, é entre os países ricos (modernos, desenvolvidos) e os países pobres (tradicionalistas, não-desenvolvidos ou em desenvolvimento). Numa correlação histórica com essa divisão econômica está a divisão cultural entre Leste e Oeste, na qual a ênfase incide menos sobre as diferenças em termos de bem-estar econômico e mais sobre as diferenças em filosofia subjacente, valores e estilo de vida.⁹ Cada uma dessas imagens reflete alguns elementos da realidade, porém também padece de limitações. Os países ricos modernos compartilham características que os diferenciam dos países pobres tradicionalistas, que também compartilham características entre si. As diferenças em riqueza podem levar a conflitos entre as sociedades, porém os dados concretos indicam que isso ocorre sobretudo quando sociedades ricas e mais poderosas tentam conquistar e colonizar sociedades

pobres e mais tradicionais. O Ocidente fez isso durante 400 anos e então algumas das colônias se rebelaram e travaram guerras de libertação contra as potências coloniais, que possivelmente tinham perdido o gosto pelo império. No mundo atual, já se deu a descolonização e as guerras coloniais de libertação foram substituídas por conflitos entre os povos libertados.

Num nível mais geral, os conflitos entre ricos e pobres são improváveis porque, a não ser em circunstâncias especiais, os países pobres carecem da unidade política, do poder econômico e da capacidade militar para desafiar os países ricos. O desenvolvimento econômico na Ásia e na América Latina está tornando menos nítida a dicotomia simples dos que “têm” e dos que “não têm”. Os países ricos podem travar guerras de comércio uns com os outros, os Estados pobres podem travar guerras violentas uns com os outros, porém uma guerra internacional de classes entre o Sul pobre e o Norte rico está quase tão distante da realidade quanto um único mundo feliz e harmônico.

A bifurcação cultural da divisão do mundo tem utilidade ainda menor. Em algum nível, o Ocidente é uma entidade. O que, entretanto, as sociedades não-ocidentais têm em comum além do fato de que são não-ocidentais? As civilizações japonesa, chinesa, hindu, muçulmana e africana pouco compartilham em termos de religião, estrutura social, instituições, valores predominantes. A unidade do não-Ocidente e a dicotomia Leste-Oeste são mitos criados pelo Ocidente. Esse mitos sofrem os defeitos do orientalismo, acertadamente criticado por Edward Said por promover “a diferença entre o conhecido (Europa, o Ocidente, ‘nós’) e o estranho (o Oriente, o Leste, ‘eles’)” e por pressupor a superioridade inerente do primeiro sobre o segundo.¹⁰ Durante a Guerra Fria, o mundo estava, em grau considerável, polarizado de acordo com um espectro ideológico. Não existe, porém, nenhum espectro cultural. A polarização de “Leste” e “Oeste” em termos culturais é, em parte, uma outra porém infeliz consequência da prática universal de chamar a civilização européia de civilização ocidental. Em vez de “Leste e Oeste”, é mais apropriado falar-se de “o Ocidente e o resto”, que, pelo menos, implica a existência de muitos não-Ocidentes. O mundo é demasiado complexo para ser visualizado de forma útil, para a maioria dos propósitos, como simplesmente dividido, em termos econômicos, entre Norte e Sul ou, em termos culturais, entre Leste e Oeste.

184 Estados, Mais ou Menos. Um terceiro mapa do mundo pós-Guerra Fria se deriva da que é freqüentemente chamada teoria

“realista” das relações internacionais. De acordo com essa teoria, os Estados são os atores principais — na verdade, os únicos atores importantes — dos assuntos mundiais, o relacionamento entre os Estados é de anarquia e, por conseguinte, para assegurar sua sobrevivência e segurança, os Estados invariavelmente tentam maximizar seu poder. Quando um Estado vê outro Estado aumentando seu poder e, desse modo, se tornando uma ameaça em potencial, ele tenta proteger sua própria segurança fortalecendo seu poder e/ou aliando-se com outros Estados. Os interesses e as ações dos mais ou menos 184 Estados do mundo pós-Guerra Fria podem ser previstos a partir dessas pressuposições.¹¹

Esse quadro “realista” do mundo é um ponto de partida muito útil para se analisar as relações internacionais e explicar grande parte do comportamento dos Estados. Os Estados são e continuarão sendo as entidades predominantes nos assuntos mundiais. Eles mantêm exércitos, praticam diplomacia, negociam tratados, travam guerras, controlam os organismos internacionais, influenciam e, em grau considerável, moldam a produção e o comércio. Os governos dos Estados atribuem prioridade a garantir a segurança externa dos seus Estados (embora, muitas vezes, eles tenham que dar prioridade maior a garantir sua segurança como governo contra ameaças internas). De forma ampla, esse paradigma estatista de fato proporciona um quadro e um guia da política global mais realista do que os paradigmas de um só mundo e de dois mundos.

Entretanto, também ele padece de sérias limitações.

Ele pressupõe que todos os Estados percebem seus interesses da mesma maneira e agem do mesmo modo. Sua pressuposição simples de que o poder é tudo constitui um ponto de partida para compreender o comportamento dos Estados, mas não nos leva muito adiante. Os Estados definem os seus interesses em termos de poder, mas também em termos de muito mais. É claro que os Estados freqüentemente tentam conseguir o equilíbrio de poder, porém se isso fosse tudo o que fizessem, os países da Europa Ocidental teriam se coligado com a União Soviética contra os Estados Unidos no final da década de 40. Os Estados reagem precipuamente às ameaças que percebem e os Estados da Europa Ocidental naquela época viam uma ameaça política, ideológica e militar vindo do Leste. Viam seus interesses de uma forma que não seria prevista pela teoria realista clássica. Os valores, a cultura e as instituições influenciam de forma ampla e profunda o modo pelo qual os Estados definem os seus interesses. Os interesses dos Estados também são moldados não apenas por seus valores e instituições domésticos, mas por normas e

instituições internacionais. Acima e além da sua preocupação primária com a segurança, diferentes tipos de Estados definem seus interesses de maneiras diferentes. Os Estados com culturas e instituições semelhantes verão um interesse comum. Os Estados democráticos têm aspectos comuns com outros Estados democráticos e, por conseguinte, não lutam uns com os outros. O Canadá não precisa se aliar com outra potência para desestimular uma invasão pelos Estados Unidos.

Num nível básico, as pressuposições do paradigma estatista têm-se confirmado através da História. Assim sendo, elas não nos ajudam a compreender como a política mundial após a Guerra Fria diferirá da política mundial durante a Guerra Fria e antes dela. No entanto, é evidente que há diferenças e os Estados perseguem os seus interesses de forma diferente de um período histórico para outro. No mundo pós-Guerra Fria, os Estados cada vez mais definem os seus interesses em termos civilizacionais. Eles cooperam e se aliam com Estados que têm culturas semelhantes ou em comum e entram em conflito com maior frequência com países de culturas diferentes. Os Estados definem as ameaças em termos das intenções dos outros Estados, e essas intenções e o modo como elas são percebidas são profundamente moldados por considerações de ordem cultural. Há menor probabilidade de que o público e os estadistas vejam ameaças surgindo da parte de povos que eles acham que compreendem e nos quais podem confiar devido a idioma, religião, valores, instituições e cultura compartilhados. É muito mais provável que vejam ameaças provindo de Estados cujas sociedades têm culturas diferentes e que, por isso, não compreendem e nos quais sentem que não podem confiar. Agora que uma União Soviética marxista-leninista não mais representa uma ameaça para o Mundo Livre e que os Estados Unidos não mais representam para o mundo comunista uma ameaça contraposta, os países de ambos esses mundos cada vez mais vêm as ameaças provindo de sociedades que são culturalmente diferentes.

Conquanto os Estados continuem sendo os atores principais nos assuntos mundiais, eles também estão sofrendo perdas de soberania, funções e poder. As instituições internacionais agora afirmam seu direito de julgar e de impor limitações ao que os Estados fazem em seus próprios territórios. Em alguns casos, sobretudo na Europa, as instituições internacionais assumiram funções importantes que anteriormente eram desempenhadas pelos Estados, e foram criadas poderosas burocracias que operam diretamente sobre os cidadãos num plano individual. De forma global, vem se verificando uma tendência para que os governos

dos Estados também percam poder através da devolução de poder para entidades políticas abaixo do nível de Estado e nos âmbitos regionais, provinciais e locais. Em muitos Estados, inclusive nos do mundo desenvolvido, há movimentos regionais que estão promovendo uma autonomia substancial ou a secessão. Em grau considerável, os governos dos Estados perderam a capacidade de controlar o fluxo de dinheiro que entra em seus países e deles sai, e estão tendo dificuldade cada vez maior para controlar o fluxo de idéias, de tecnologia, de bens e de pessoas. Em resumo, as fronteiras dos Estados se tornaram cada vez mais permeáveis. Todos esses desdobramentos levaram muitos a ver o fim progressivo do Estado sólido, tipo "bola de bilhar", que supostamente foi a regra desde o Tratado de Westfália de 1648¹², e o surgimento de uma ordem internacional complexa, de múltiplos níveis, que se parece mais com a da Idade Média.

Puro Caos. O enfraquecimento dos Estados e a aparição de "Estados fracassados" contribuem para uma quarta imagem de um mundo em anarquia. Esse paradigma ressalta a quebra da autoridade governamental, o esfacelamento dos Estados, a intensificação dos conflitos tribais, étnicos e religiosos, o surgimento de máfias criminosas internacionais, o aumento do número de refugiados para dezenas de milhões, a proliferação das armas nucleares e outras de destruição em massa, a expansão do terrorismo, a prevalência de massacres e de limpezas étnicas. Esse quadro de um mundo caótico foi exposto de forma convincente e resumida nos títulos de dois trabalhos penetrantes publicados em 1993: *Out of Control*, de Zbigniew Brzezinski, e *Pandaemonium*, de Daniel Patrick Moynihan.¹³

Tal como o paradigma estatista, o paradigma do caos está próximo da realidade. Ele fornece um quadro gráfico e preciso de muito do que está acontecendo no mundo e, ao contrário do paradigma estatista, realça as mudanças significativas que ocorreram na política mundial com o fim da Guerra Fria. Assim, por exemplo, já em 1993 estimava-se que havia cerca de 48 guerras étnicas em andamento pelo mundo afora e que havia 164 "reivindicações e conflitos étnico-territoriais a respeito de fronteiras" na ex-União Soviética, dos quais 30 envolviam alguma forma de conflito armado.¹⁴ Entretanto, o paradigma do caos é prejudicado ainda mais do que o paradigma estatista por estar demasiado próximo da realidade. O mundo pode ser caótico, mas não está inteiramente desprovido de ordem. Uma imagem de anarquia universal e sem diferenciações proporciona poucas indicações para se compreender o mundo, para se ordenar os acontecimentos e avaliar sua importância, para predizer tendências na

anarquia, para distinguir entre tipos de caos e suas causas e conseqüências possivelmente diferentes e, finalmente, para desenvolver linhas de orientação para os elaboradores de diretrizes governamentais.

A COMPARAÇÃO DE MUNDOS: REALISMO, PARCIMÔNIA E PREVISÕES

Cada um desses quatro paradigmas oferece uma combinação um tanto diferente de realismo e parcimônia. No entanto, cada um tem suas deficiências e limitações. É possível que elas pudessem ser neutralizadas combinando-se paradigmas e pressupondo-se, por exemplo, que o mundo está engajado em processos simultâneos de fragmentação e integração.¹⁵ Ambas essas tendências de fato existem e um modelo mais complexo se aproximará mais da realidade do que um modelo mais simples. Contudo, isso sacrifica a parcimônia em troca do realismo e, se levado muito longe, conduz à rejeição de todos os paradigmas ou teorias. Além disso, ao abraçar simultaneamente duas tendências opostas, o modelo de fragmentação-integração deixa de estabelecer sob que circunstâncias uma tendência prevalecerá e sob quais a outra é que prevalecerá. O desafio está em desenvolver um paradigma que dê conta de maior número de acontecimentos cruciais e forneça uma melhor compreensão de tendências do que outros paradigmas num nível equivalente de abstração intelectual.

Esses quatro paradigmas também são incompatíveis uns com os outros. O mundo não pode ser, ao mesmo tempo, um só e dividido de maneira fundamental entre Leste e Oeste ou entre Norte e Sul. Nem o Estado-nação pode ser a base sólida dos assuntos internacionais se estiver se fragmentando e sendo dilacerado por lutas civis em proliferação. O mundo é um ou dois ou 184 Estados, ou um número teoricamente infinito de tribos, grupos étnicos e nacionalidades.

Visualizar o mundo em termos de sete ou oito civilizações evita muitas dessas dificuldades. Com isso não se sacrifica a realidade em favor da parcimônia, como ocorre com os paradigmas de um só mundo e de dois mundos e, por outro lado, também não se sacrifica a parcimônia em favor da realidade, como o fazem os paradigmas estatista e do caos. Essa visualização proporciona uma moldura de apreensão fácil e facilmente inteligível para se compreender o mundo, distinguindo dentre os conflitos os que são importantes dos que não o são, predizendo desdobramentos futuros e fornecendo linhas de orientação para os elaboradores

de diretrizes. Ela também amplia e incorpora elementos dos outros paradigmas. Ela é mais compatível com eles do que eles o são uns com os outros. Por exemplo, um enfoque civilizacional sustenta que:

- As forças de integração no mundo são reais e são precisamente o que está gerando forças contrárias de afirmação cultural e consciência civilizacional.
- O mundo é, em certo sentido, duplo, mas a distinção fundamental se dá entre o Ocidente, como a civilização até aqui dominante, e todas as demais, as quais, entretanto, têm pouco ou nada em comum entre si. Em suma, o mundo está dividido entre um ocidental e muitos não-ocidentais.
- Os Estados-nações são e continuarão a ser os atores mais importantes nos assuntos mundiais, porém seus interesses, associações e conflitos são cada vez mais moldados por fatores culturais e civilizacionais.
- O mundo é, de fato, anárquico, pleno de conflitos tribais e de nacionalidade, porém os conflitos que representam os maiores perigos para a estabilidade são aqueles entre Estados ou grupos de diferentes civilizações.

Desse modo, um enfoque civilizacional apresenta um mapa relativamente simples, mas não demasiado simples, para se compreender o que está acontecendo no mundo. Ele fornece alguma base para se distinguir entre o que é mais importante e o que é menos importante. Pouco menos da metade dos 48 conflitos étnicos do mundo no início de 1993, por exemplo, era entre grupos de civilizações diferentes. A perspectiva civilizacional levaria o secretário-geral da ONU e o secretário de Estado dos Estados Unidos a concentrarem seus esforços pacificadores em relação àqueles dentre esses conflitos que tivessem um potencial muito maior do que outros de evoluírem para guerras mais amplas. Os paradigmas também geram previsões, e um teste crucial da validade e utilidade de um paradigma é o grau em que as previsões dele derivadas se revelam mais corretas do que as de paradigmas alternativos. Um paradigma estatista, por exemplo, leva John Mearsheimer a prever que “a situação entre a Ucrânia e a Rússia está madura para o surto de uma competição de segurança entre elas. Grandes potências que compartilham uma fronteira comum longa e desprotegida, como a que corre entre

a Rússia e a Ucrânia, freqüentemente descambam para uma competição movida por receios de segurança. A Rússia e a Ucrânia poderiam superar essa dinâmica e aprender a conviver em harmonia, mas seria surpreendente se o fizessem”.¹⁶ Por outro lado, um enfoque civilizacional enfatiza os estreitos laços culturais, pessoais e históricos entre a Rússia e a Ucrânia e a miscigenação de russos e ucranianos em ambos os países, concentrando-se na linha de fratura civilizacional que divide a Ucrânia oriental ortodoxa da Ucrânia ocidental uniata, um fato histórico central, que vem de longa data, e que Mearsheimer despreza inteiramente, em conformidade com o conceito “realista” dos Estados como entidades unificadas e com uma só identidade. Enquanto um enfoque estatista ressalta a possibilidade de uma guerra russo-ucraniana, um enfoque civilizacional a minimiza e, em vez disso, ressalta a possibilidade de a Ucrânia se partir ao meio numa separação que fatores culturais levariam a que se predissesse ser mais violenta do que a da Checoslováquia e muito menos sangrenta do que a da Iugoslávia. Essas previsões diferentes, por seu turno, suscitam diferentes prioridades de diretrizes. A previsão de Mearsheimer de uma possível guerra e da conquista da Ucrânia pela Rússia leva-o a apoiar a opção de que a Ucrânia tenha armas nucleares. Um enfoque civilizacional encorajaria a cooperação entre a Rússia e a Ucrânia, instaria a Ucrânia a abandonar suas armas nucleares, promoveria uma substancial assistência econômica e outras medidas para ajudar a manter a unidade e a independência da Ucrânia, e endossaria um planejamento de contingência para a possível desagregação da Ucrânia.

Muitos acontecimentos posteriores ao fim da Guerra Fria foram compatíveis com o paradigma civilizacional e poderiam ter sido previstos por ele. Dentre eles estão os seguintes: a desagregação da União Soviética e da Iugoslávia, as guerras que prosseguiram em seus antigos territórios, o crescimento do fundamentalismo pelo mundo afora, as lutas dentro da Rússia, da Turquia e do México por questões de identidade, a intensidade dos conflitos por comércio entre os Estados Unidos e o Japão, os esforços de Estados islâmicos e confucianos para adquirir armas nucleares e os meios para lançá-las, a continuação do papel da China como uma grande potência “de fora”, a consolidação dos novos regimes democráticos em alguns países e não em outros e a crescente corrida armamentista na Ásia Oriental.

A relevância do paradigma civilizacional para o mundo que está surgindo é ilustrada pelos acontecimentos que se encaixam nesse paradigma e que ocorreram durante um período de seis meses em 1993:

- a continuação e a intensificação dos combates entre croatas, muçulmanos e sérvios na antiga Iugoslávia;
- a omissão do Ocidente em proporcionar apoio significativo aos muçulmanos da Bósnia ou em denunciar as atrocidades croatas do mesmo modo como as atrocidades sérvias foram denunciadas;
- a falta de disposição da Rússia para se juntar a outros membros do Conselho de Segurança da ONU a fim de fazer com que os sérvios da Croácia estabelecessem a paz com o governo croata e o oferecimento do Irã e de outras nações muçulmanas de fornecer 18 mil soldados para proteger os muçulmanos da Bósnia;
- a intensificação da guerra entre os armênios e os azeris, as exigências turcas e iranianas de que os armênios abandonassem as áreas conquistadas, o deslocamento de tropas turcas para a fronteira com o Azerbaijão e de tropas iranianas através da fronteira para o território do Azerbaijão e a advertência da Rússia de que a ação iraniana contribuía para “a escalada do conflito” e de que ela “o impelia para os limites perigosos da internacionalização”;
- a continuação dos combates na Ásia Central entre tropas russas e guerrilheiros *mujabedins*;
- a confrontação, na Conferência de Direitos Humanos em Viena, entre o Ocidente, liderado pelo secretário de Estado Warren Christopher, denunciando o “relativismo cultural”, e uma coligação de Estados islâmicos e confucianos rejeitando o “universalismo ocidental”;
- o redirecionamento, de modo paralelo, dos planejadores militares da Rússia e da OTAN para “a ameaça do Sul”;
- a votação, aparentemente seguindo quase que inteiramente linhas civilizacionais, que designou Sydney em vez de Pequim para sede das Olimpíadas do ano 2000;
- a venda de componentes de mísseis pela China para o Paquistão, a resultante imposição de sanções pelos Estados Unidos contra a China e a confrontação entre a China e os Estados Unidos por causa da alegada transferência de tecnologia nuclear para o Irã;
- o rompimento da moratória e a realização de prova com um artefato nuclear pela China, a despeito dos enérgicos protestos dos Estados Unidos, e a recusa da Coreia do Norte de continuar

participando de conversações sobre o seu próprio programa de armas nucleares;

- a revelação de que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos estava seguindo uma política de “contenção dupla” dirigida contra o Irã e o Iraque;
- o anúncio pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos de uma nova estratégia de se preparar para dois “conflitos regionais principais”, um contra a Coreia do Norte e o outro contra o Irã ou o Iraque;
- o apelo do presidente do Irã para que fossem feitas alianças com a China e a Índia, a fim de que “nós possamos ter a última palavra em acontecimentos internacionais”;
- a nova legislação alemã que reduziu drasticamente a admissão de refugiados;
- o acordo entre o presidente russo Boris Yeltsin e o presidente ucraniano Leonid Kravchuk sobre o destino a ser dado à esquadra do Mar Negro e outras questões;
- o bombardeio de Bagdá pelos Estados Unidos, o apoio virtualmente unânime dado pelos governos ocidentais e a condenação do mesmo por quase todos os governos muçulmanos, como mais um exemplo de “dois pesos e duas medidas” do Ocidente;
- a qualificação do Sudão pelos Estados Unidos como um país terrorista e o julgamento do xeque Omar Abdel Rahman e seus seguidores por conspirarem para “emprender uma guerra de terrorismo urbano contra os Estados Unidos”;
- as maiores perspectivas para o futuro ingresso da Polônia, Hungria, República Checa e Eslováquia na OTAN;
- a eleição parlamentar russa, que demonstrou que a Rússia era, de fato, um país “dividido”, com o povo e as elites incertas quanto a se deviam juntar-se ao Ocidente ou desafiá-lo.

Poder-se-ia compilar uma lista comparável de acontecimentos que demonstrariam a relevância do paradigma civilizacional para praticamente qualquer período de seis meses no início da década de 90.

Nos primeiros anos da Guerra Fria, o estadista canadense Lester Pearson, de modo presciente, destacou o ressurgimento e vitalidade das sociedades não-ocidentais. Ele alertou que “seria absurdo imaginar-se que essas novas sociedades políticas que estão vindo à luz no Oriente serão réplicas daquelas que conhecemos bem no Ocidente. O renasci-

mento dessas antigas civilizações assumirá novas formas”. Assinalando que as relações internacionais “durante muitos séculos” tinham sido as relações entre os Estados da Europa, ele argumentou que “os problemas de maior alcance surgem não mais entre nações no seio de uma única civilização, mas sim entre as próprias civilizações”.¹⁷ A prolongada bipolaridade da Guerra Fria retardou os desdobramentos que Pearson via a caminho. O fim da Guerra Fria liberou as forças culturais e civilizacionais que ele identificou na década de 50, e uma ampla gama de estudiosos e observadores identificou e ressaltou o novo papel desses fatores na política mundial.¹⁸ Fernand Braudel fez a sábia advertência de que, “no que se refere a qualquer pessoa interessada no mundo contemporâneo e, mais ainda, qualquer pessoa que queira nele atuar, ‘vale a pena’ saber como identificar, num mapa do mundo, quais são as civilizações que existem hoje em dia, ser capaz de definir seus limites, seus centros e periferias, suas províncias e o tipo de ar que nelas se respira, os ‘formatos’ gerais e particulares que existem e que se associam em seu âmbito. Do contrário, nem pensar nos equívocos catastróficos que se poderiam produzir!”.¹⁹